

Considerações acerca do debate em torno do argumento do terceiro homem no *Parmênides* de Platão

Guilherme da Costa Assunção Cecílio

The Third Man Argument found in the *Parmenides* is a formidable objection to the Theory of Forms, and it is well known that Plato left us no explicit answer to it. In recent decades the argument was scrutinized by commentators, becoming commonplace to divide it into some logical steps: the principles of self-predication, non-identity and “one over many”. Since the infinite regress arises from the combination of these three principles, those who want to defend that the argument is not a definitive objection to the Theory of Forms cannot accept that these three principles integrate Plato’s philosophy simultaneously. As such, in this paper we undertake a critical examination of the contributions of some leading Platonists regarding the problem at hand.

1. Introdução

Dentre todos os escritos de Platão, o *Parmênides* é possivelmente o mais impérvio. Apesar das muitas e graves dificuldades que a obra impõe ao exegeta, uma única seção do diálogo tem praticamente monopolizado o interesse da crítica especializada, a saber, a passagem que contém o argumento do Terceiro Homem¹. Na história mais recente dos estudos platônicos houve, de fato, um aumento de interesse tão notável por ele que um platonista se queixou do excesso de atenção dispensada a um único argumento².

¹ Talvez sua fama seja ainda maior: “*the most famous argument in ancient philosophy*” (Silverman, A. *The Dialectic of Essence: a Study of Plato’s Metaphysics* (Princeton University Press 2002), p. 110 *apud* Ferrari, F. *Parmenide* (BUR 2007), p. 64).

² “*No commentator [...] should be content with the disproportionate attention given the ‘third man’ argument in recent literature*”. (Sayre, K. *Plato’s Late Ontology: a Riddle Resolved* (Parmenides Publishing 2005), p. 276, n. 23).

O Terceiro Homem, cuja denominação nos foi legada por Aristóteles³, refere-se a uma determinada espécie de objeção capaz de suscitar o regresso infinito das Ideias platônicas⁴. Este trabalho visa, por um lado, examinar este argumento⁵, e, por outro lado, proceder a uma revisão crítica de parte dos estudos recentes mais importantes acerca do tema.

2. Reconstrução do argumento do Terceiro Homem

Vejamos, em primeiro lugar, o trecho relevante do diálogo.

Creio que tu crês que cada forma é uma pelo seguinte: quando algumas coisas, múltiplas, te parecem ser grandes, talvez te pareça, a ti que as olhas todas, haver uma única ideia e a mesma em todas; donde acreditas o grande ser um.

Dizes a verdade, disse ele.

Mas... e quanto ao grande mesmo e às outras coisas grandes? Se olhares da mesma maneira, com a alma, para todos esses, não aparecerá, de novo, um grande, um, em virtude do qual é necessário todas aquelas coisas aparecerem como grandes?

Parece que sim.

Logo, uma outra forma de grandeza aparecerá, surgindo ao lado da grandeza mesma e das coisas que desta participam. E, sobre todas essas, aparecerá de novo outra, de modo a, em virtude dela, todas essas serem grandes. E não mais será uma cada uma das tuas formas, mas ilimitadas em quantidade.⁶

Para evidenciar a estrutura lógica do trecho supracitado, valemo-nos do importante estudo de Gregory Vlastos⁷, mas também de contribuições de outros estudiosos. Eis o esquema que propomos:

³ *Metaph.* 990b15-17. Para um inventário da história do argumento do Terceiro Homem, ver: Cornford, F. M. *Plato and the Parmenides*. Parmenides' Way of Truth and Plato's Parmenides translated with an introduction and a running commentary (Routledge & Kegan Paul 1939), p. 87-95.

⁴ Há, na verdade, dois argumentos desse tipo no *Parmênides*: *Prm.* 131e-132b e 132d-133a.

⁵ Neste trabalho trataremos apenas da formulação do argumento do Terceiro Homem que se lê no *Parmênides* de Platão, dando especial ênfase a *Prm.* 131e-132b. Desse modo, deixaremos de lado as diversas e importantes repercussões desse argumento nos textos aristotélicos, dentre as quais se destaca a discussão contida no *De Ideis*.

⁶ *Prm.* 132a-b. Todas as traduções de trechos do *Parmênides* utilizadas neste trabalho referem-se a esta edição: Platão. *Parmênides*. Tradução e notas de Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2003. Por vezes, no entanto, permitimo-nos fazer sutis alterações na tradução dos referidos autores, como neste caso.

⁷ Vlastos, G., "The Third Man Argument in the *Parmenides*", *The Philosophical Review* 63, 1954, p. 319-349. Neste importante artigo, Vlastos defendeu a tese radical de que a objeção do Terceiro Homem redundaria em uma contradição *stricto sensu* entre duas das premissas do argumento, posição que ele mais tarde veio a retificar neste outro importante artigo sobre o tema: Vlastos, G. Plato's 'Third Man' Argument (*Parm.* 132A1-B2): Text and Logic. *The Philosophical Quarterly*, v. 19, n. 77, 1969, p. 289-301. Empreendemos uma análise detalhada destes trabalhos de Vlastos em um artigo que será publicado em breve pela revista *Clássica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos* (SBEC).

- (i) O dado de base é uma multiplicidade (indivíduos a, b, c, etc.) que possui determinada propriedade F.
- (ii) “um de muitos”⁸: A essa multiplicidade corresponde uma unidade, a Ideia F-dade, em virtude da qual a multiplicidade possui a propriedade F.
- (iii) autopredicação: F-dade é F.
- (iv) não-identidade: Se x possui a propriedade F, x não coincide com Φ , a Forma em virtude da qual x possui F.

De acordo com (iii), a própria Ideia F-dade é F; logo, ela pode ser o substituto da variável x em (iv), o que impõe a existência de uma nova Forma, F-dade₁, que sirva como substituto da variável Φ . Como F-dade₁ está sujeita à autopredicação, F-dade₁ também pode substituir a variável x na premissa (iv), instaurando-se assim o regresso infinito das Formas.

Convém agora cotejarmos a nossa reconstrução do argumento com o texto do *Parmênides*.

Os passos (i) e (ii) encontram correspondência nesta afirmação:

οἶμαι σε ἐκ τοῦ τοιοῦδε ἐν ἑκαστον εἶδος οἶεσθαι εἶναι· ὅταν πόλλ’ ἄτ μεγάλ σοι δόξει εἶναι, μία τις ἴσως δοκεῖ ἰδέα ἢ αὐτὴ εἶναι ἐπὶ πάντα ἰδὸ τι, ὅθεν ἐν τὸ ἔγα ἢ γῆ εἶναι.

Creio que tu crês que cada forma é uma pelo seguinte: quando algumas coisas, múltiplas, te parecem ser grandes, talvez te pareça, a ti que as olhas todas, haver uma única ideia e a mesma em todas; donde acreditas o grande ser um.⁹

Nela está contida o dado de base, isto é, a existência de várias coisas sensíveis que são grandes, ou seja, uma multiplicidade empírica de indivíduos dotados da propriedade F. Tal multiplicidade se explica por referência a “uma única ideia e a mesma”, a Ideia de Grandeza, ou, em geral, F-dade: trata-se aqui do princípio do “um de muitos”.

Quanto à autopredicação, cremos que ela opere no seguinte trecho:

τί δ’ αὐτὸ τὸ μέγα καὶ τᾶλλα τὰ μεγάλα, ἐὰν ὡσαύτως τῇ ψυχῇ ἐπὶ πάντα ἴδη, οὐχὶ ἐν τι αἶ μέγα φανεῖται, ᾧ ταῦτα πά τα μεγάλα φαίνεσθαι;

Mas... e quanto ao grande mesmo e às outras coisas grandes? Se olhares da mesma maneira, com a alma, para todos esses, não aparecerá, de novo, um grande, um, em virtude do qual é necessário todas aquelas coisas aparecerem como grandes?¹⁰

⁸ Este princípio é explorado por comentadores de língua inglesa sob o nome “*One over Many*”, frequentemente abreviado “OM”. Cf. Strang, C. Plato and the Third Man. *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. sup. 37, 1963, p. 147-164; Cohen, M. The Logic of the Third Man. *The Philosophical Review*, vol. 80, n. 4, 1971, p. 448-475.

⁹ *Prm.* 132a.

¹⁰ *Prm.* 132a.

Parmênides sugere que o “grande mesmo” (αὐτὸ τὸ μέγα), isto é, a Ideia de Grandeza, e “as outras coisas grandes” (τὰλλα τὰ μεγάλα), isto é, a multiplicidade sensível de que se partiu, sejam consideradas “da mesma maneira”, expressão que traduz o advérbio grego ὡσαύτως: aqui parece residir um sinal da autopredicação¹¹. Segundo o que fora há pouco admitido, as coisas sensíveis são grandes; considerar “da mesma maneira” – ὡσαύτως – a Ideia de Grandeza só poderia significar, então, predicar também dela o “grande”, ou seja, a autopredicação.

A autopredicação é ainda mais visível na conclusão do argumento:

ἄ ο ἄ εἶδος μεγέθους ἀναφανήσεται, παρ' αὐτὸ τε τὸ μέγεθος γεγενοῦ καὶ τὰ μετέξοντα αὐτοῦ· καὶ ἐπὶ τούτοις αὖ πᾶσιν ἕτερον, ὃ ταῦτα πάντα μεγάλα ἔσται· καὶ οὐκέτι δὴ ἓν ἕκαστον σοι τῶ εἰδῶν ἔσται, ἀλλὰ ἄπειρα τὸ πλῆθος.

Logo, uma outra forma de grandeza aparecerá, surgindo ao lado da grandeza mesma e das coisas que desta participam. E, sobre todas essas, aparecerá de novo outra, de modo a, em virtude dela, todas essas serem grandes. E não mais será uma cada uma das tuas formas, mas ilimitadas em quantidade.¹²

Na frase “todas essas serem grandes” (ταῦτα πάντα μεγάλα ἔσται), a referência de “todas” patentemente inclui a Ideia de Grandeza de que se partiu, bem como outras Ideias de Grandeza derivadas do *regressus*, isto é, afirma-se que as Ideias de Grandeza são grandes.

Já o princípio de não-identidade está apenas implícito em todo o trecho, mas nem por isso ele é menos operante. Bem ao contrário, sobre ele está fundada toda a argumentação: a suposição inicial de que existe uma Ideia para dar conta de uma multiplicidade que possui a propriedade F está baseada na convicção de que a posse dessa propriedade se explica por referência a um indivíduo, por assim dizer, externo ao grupo de indivíduos caracterizados por F; e quando a própria Ideia passa a ser caracterizada por F (autopredicação), a mesma convicção impõe a existência de uma nova Ideia.

Sendo assim, estamos aptos a concluir que o Terceiro Homem, tal como ele está redigido no *Parmênides*, contém os princípios que acabamos de expor¹³, redundando, portanto, na deflagração de séries infinitas de Ideias platônicas; isto é, de acordo com as

¹¹ Assim o observa Franco Ferrari (2007, p. 217, nota 50).

¹² *Prm.* 132a-b.

¹³ Ativemo-nos à “primeira versão” do Terceiro Homem presente no *Parmênides*; julgamo-nos dispensados de fazer a mesma análise da “segunda versão” – contida em *Parmênides* 132c-133a – porque, como Vlastos, acreditamos que ambas as “versões” contêm as mesmas etapas lógicas.

premissas do argumento, cada propriedade F gera o conjunto infinito {F-dade₁, F-dade₂, F-dade₃, ...}, onde F-dade é uma variável que representa Ideias Platônicas.

Antes de avançarmos, convém prestarmos alguns esclarecimentos gerais acerca do Terceiro Homem e dos princípios que o constituem.

O famoso princípio da autopredicação é também chamado por alguns de princípio da autoexemplificação¹⁴. Isso reflete a tentativa, em si mesma correta, de evitar o sabor linguístico da expressão “autopredicação”. De fato, predicação é algo que, a princípio, diz respeito somente à linguagem; mas as Ideias não são entes linguísticos, não são predicados que se predicam de si mesmos¹⁵. Ao contrário, o termo “autoexemplificação” indicaria que se trata de um ente que se autoexemplifica, isto é, manifesta a propriedade a si associada: a Beleza exemplifica o belo, etc.

Embora concordemos com tal observação, a autopredicação já é uma expressão consolidada, de modo que preferimos mantê-la, para não acrescentar mais um elemento complicador à discussão.

Analogamente, alguns sugerem que a expressão “não-identidade” é infeliz; o melhor nome para o princípio seria “não-autoexplicação” (*non-self-explanation*)¹⁶, porque o princípio reza que, se um determinado ente x possui a propriedade F, a posse de F *não pode ser explicada* com apelo ao próprio x, sendo preciso um outro ente, ou seja, y, em função do qual x possui F; em suma, a posse de uma propriedade não se explica por referência ao próprio indivíduo que a possui.

¹⁴ Em inglês, *self-exemplification*. Cf. Moravcsik, J. Recollecting the Theory of Forms. In: Werkmeister, W. H. *Facets of Plato's Philosophy* (Van Gorcum 1976), p. 1-20.

¹⁵ O próprio Vlastos (1969, p. 300, n. 36) reconhece a utilidade de semelhante distinção: “*I so labelled this assumption in 1954 under Taylor's influence, who had identified it uncritically with the closely related assumption, that a character can be predicated of itself, which generated the Russellian paradox. Since I did not impute just this assumption to Plato – I was not maintaining that what was predicated of F-ness was F-ness itself instead of F – I should have made it clear then [...] that 'Self-Predication', if used at all, could only be used with a certain licence. As Sellars had pointed out (1955, p. 414), the assumption which is being made here “would be formulated more correctly as 'The adjective corresponding to the name of any Form can correctly be predicated of that Form'”. Some such label as 'Homocharacterization' would have been more exact, and I have tried at times to switch to this in lectures and seminars. But 'Self-Predication' is now firmly entrenched in the literature, and I see no harm in its continuing use subject to the above proviso.*”

¹⁶ Cf. Peterson, S. A Reasonable Self-Predication Premise for the Third Man Argument. *The Philosophical Review*, vol. 82, n. 4, 1973, p. 453.

Tal como no caso da autopredicação, mesmo concordando com as ressalvas, preferimos nos ater à terminologia consagrada: neste caso, o princípio da não-identidade.

3. Interpretações notáveis do Terceiro Homem

3.1 Preâmbulo

Como vimos, o argumento do Terceiro Homem redundava na temível multiplicação das Ideias. Este argumento é composto por três princípios, “um de muitos”, autopredicação e não-identidade, e é do seu encadeamento que provém a série infinita. Sendo assim, quem pretenda afirmar que o argumento não constitui uma objeção definitiva à teoria das Ideias¹⁷ não pode aceitar que estes três princípios integrem a filosofia de Platão; caso contrário, a própria teoria das Ideias estaria sujeita à objeção do Terceiro Homem, e seguir-se-iam as consequências acima analisadas.

Por outro lado, negar ou modificar pelo menos um dos três princípios bastaria para impedir a multiplicação das Ideias. Mas por a questão dessa forma pode ser um tanto enganador. Não se trata simplesmente de escolher qual das premissas será objeto de intervenção, como se estas fossem peças de um tabuleiro, que, sendo movidas deste ou daquele modo, podem conduzir à vitória. Trata-se, pelo contrário, de avaliar se a filosofia de Platão fornece elementos que permitam evitar a objeção do Terceiro Homem; assim, o que está em jogo não são apenas as premissas de um argumento isolado, mas sim princípios gerais da teoria das Ideias.

Sendo assim, se à primeira vista o caminho para a solução da aporia do Terceiro Homem parece simples, a tarefa revela-se, ao cabo, muito mais complexa: há de se considerar, a cada passo, as consequências que a intervenção em um ou em outro princípio pode acarretar para a filosofia de Platão, considerada como um todo.

Feitas essas considerações, iniciemos a análise das possibilidades disponíveis ao intérprete.

¹⁷ Sabe-se que a expressão “teoria das Ideias” é puramente didática, não encontrando paralelo nos textos de Platão. Servimo-nos livremente dela neste trabalho por julgar que, feitas certas ressalvas, ela é inofensiva e também útil. É evidente que ao falarmos de “teoria das Ideias” não pretendemos atribuir a Platão um tratamento perfeitamente sistemático da questão das Ideias: o termo “teoria” certamente não está sendo usada no mesmo sentido que em “teoria da relatividade”, por exemplo. Contudo, é inegável que se encontram, espalhadas pelos escritos de Platão, recorrentes afirmações de que existem certos entes inteligíveis; é, pois, conveniente chamar de “teoria” o conjunto destas afirmações acerca das Ideias, ou, se se preferir, é possível fazer-lhe referência com as expressões “doutrina” ou “hipótese das Ideias”.

O princípio do “um de muitos” reza que a cada multiplicidade de indivíduos que possui certa propriedade deve corresponder uma unidade responsável (causalmente) por essa propriedade. Concretamente, se os indivíduos *a*, *b* e *c* são grandes, deve haver também uma Ideia de Grandeza. A verdade é que este princípio está no âmago da hipótese das Ideias e não pode ser questionado; fazê-lo implicaria destruir a intuição platônica mais fundamental¹⁸. Para evitar a aporia do Terceiro Homem só restam, então, os princípios de não-identidade e autopredicação.

O princípio de não-identidade, tal como o formulamos acima, dá-nos que, se um indivíduo *x* possui a propriedade *F*, *x* não coincide com Φ , a Forma em virtude da qual *x* possui *F*. Este princípio é absolutamente trivial enquanto os substitutos da variável *x* são unicamente indivíduos sensíveis, por exemplo, esta árvore que é grande: esta árvore possui a propriedade de ser grande em função da Ideia de Grandeza, que de modo algum se identifica com a árvore. Dito de outro modo, o princípio garante que os indivíduos sensíveis sejam numericamente distintos da Ideia que é responsável por suas propriedades.

Mas o princípio se torna crítico, tão logo se admitam como substituto da variável *x* as próprias Formas, o que é tornado lícito graças à autopredicação. Retomando o exemplo anterior, a não-identidade também garante que a própria Forma de Grandeza seja numericamente distinta da Forma de Grandeza₁, a Forma em virtude da qual a Forma de Grandeza é grande.

Dado que o “um-de-muitos” seja inquestionável, que possibilidades restam ao intérprete? À primeira vista, as soluções mais simples consistiriam em negar categoricamente que a teoria das Ideias esteja comprometida quer com o princípio de não-identidade, quer com a autopredicação. Mas estas soluções extremas são, na verdade, insatisfatórias.

É verdade que o regresso infinito depende do princípio de não-identidade, mas simplesmente negá-lo seria absurdo, uma vez que dele depende também a própria teoria das Ideias. De fato, como afirmamos acima, é absolutamente não problemático, ou melhor, verdadeiramente fundamental que os indivíduos sensíveis sejam distinguidos das Ideias em virtude das quais possuem suas propriedades. O princípio só passa a

¹⁸ Tudo que se pode fazer é questionar a extensão deste princípio, isto é, que tipo de multiplicidade gera uma Ideia; de fato, a bem pensar, isso é exatamente o que se vê em *Prm* 130b-e, quando a personagem título interroga se existem Ideias correspondentes a multiplicidades ignóbeis (lama, cabelo, poeira).

originar problemas quando conjugado com a autopredicação das Ideias, a qual permite que uma Ideia seja contada como um indivíduo caracterizado pela propriedade F, o que exige uma nova Ideia, e assim *ad infinitum*.

É tentador, portanto, recair no extremo oposto, e pretender eliminar a autopredicação, sob a pecha de ser ela responsável pelo nocivo regresso infinito das Ideias. A autopredicação foi atacada, como veremos a seguir, por alguns ilustres platonistas. Contudo, parece-nos um pouco simplista resolver assim a questão, o que se evidencia tão logo se considerem as seguintes proposições autopredicativas: “a Ideia de Repouso está em repouso”, “a Unidade é uma”, “o Ser é”, etc.

Antes de começarmos propriamente o exame dos comentadores, convém ressaltar que o princípio da autopredicação absorveu a atenção dos estudiosos, que se dividiram entre os que o atacam e os que o defendem; o princípio de não-identidade, por outro lado, foi frequentemente relegado ao segundo plano da discussão.

3.2 Harold Cherniss

Um grande opositor da autopredicação foi o respeitado platonista americano, Harold Cherniss. Em seu clássico ensaio *The Relation of the Timaeus to Platos's Later Dialogues*¹⁹, ele sustentou que atribuir a autopredicação a Platão seria um grande equívoco, não porque a própria noção de predicação seja incompatível com sua filosofia, mas porque esta última estaria rigidamente restrita às coisas sensíveis.

Para justificar sua posição, Cherniss lança mão da distinção entre diferentes sentidos do verbo *ser*. Destarte, haveria uma diferença estrutural entre dois tipos de juízos aparentemente idênticos, por exemplo, “esta árvore é grande” e “a Grandeza é grande”; em “esta árvore é grande” o verbo possuiria uma valência efetivamente predicativa, ao passo que em “a Grandeza é grande” o verbo estaria sendo empregado no sentido identitário, de modo que este juízo significaria apenas que a Ideia de Grandeza é idêntica a si mesma.

Cherniss rejeita, pois, a autopredicação; juízos aparentemente autopredicativos seriam na verdade juízos de identidade. Residiria aí a desejada solução para o Terceiro Homem, uma aporia cuja origem seria a confusão entre dois sentidos do verbo *ser*. Como sabemos, é graças à autopredicação que uma nova Ideia, F-dade₁, é requerida, a qual serviria para dar conta do fato de que F-dade possui a propriedade F. Sem a

¹⁹ Cherniss, H. The Relation of the *Timaeus* to Plato's Later Dialogues. *The American Journal of Philology*, vol. 78, n. 3, 1957, p. 225-266.

autopredicação, não haveria, portanto, qualquer necessidade de se supor uma nova Ideia. *Q.E.D.*

O cerne da tese de Cherniss é a leitura identitária de proposições do tipo “F-dade é F”. O autor defende que Platão estaria perfeitamente consciente da diferença entre o sentido de identidade e o sentido predicativo do verbo ser, coisa que ele pretende provar com base em uma passagem de *Parmênides* em que o juízo “a Unidade é uma” atestaria claramente o valor identitário do verbo²⁰.

A interpretação de Cherniss é engenhosa e possui algumas virtudes; além de servir para impedir o *regressus*, ela evitaria alguns constrangimentos, para dizer o mínimo, associados à autopredicação, tais como a Ideia de Grandeza ser algo grande, ou a Ideia de Justiça ser justa, ou, que é pior, que a Ideia de Movimento se mova. Além disso, ela é bastante plausível porque, de fato, a Ideia de Grandeza é idêntica a si mesma, e assim também todas as demais Ideias.

Sua interpretação, contudo, é falsa, ou, no mínimo, insuficiente. É verdade que toda Ideia é idêntica a si mesma; também é verdade que um dos sentidos do verbo *ser* é o de identidade, e alguns exemplos deste uso do verbo não são difíceis de se individuar nos diálogos. Mas daí não se segue que este seja o único sentido do verbo *ser* presente nos juízos do tipo “F-dade é F”. O próprio exemplo que Cherniss usa para embasar sua tese serve muito bem para ilustrar sua incompletude.

Concedamos a Cherniss que a exegese correta da referida passagem de *Parmênides* mostre que o que nela está em jogo é somente o sentido identitário de ser, ou seja, que a Unidade é idêntica a si mesma; podemos, contudo, retorquir: afinal, a Ideia de Unidade é (predicativamente) una ou não? É evidente que a resposta só pode ser afirmativa. Isto é, mesmo que o contexto desta passagem permitisse determinar que

²⁰ “[...] it can be shown that Plato was well aware of the difference between such an assertion of identity and an attribution [...]. In the second part of the *Parmenides*, for example [158a] he uses the following argument: If there are parts, since “each” signifies “one,” each part must participate in Unity ($\tau\acute{o}\ \epsilon\upsilon\nu$); but its participation in Unity implies that it is other than one, for otherwise it would not participate but would itself be one, whereas only Unity itself ($\alpha\upsilon\tau\acute{o}\ \tau\acute{o}\ \epsilon\upsilon\nu$) can be one. So each part, like the whole of which it is a part, “is one” only by participating in Unity. Here Plato clearly distinguishes two meanings of “is x,” namely (1) “has the character x” and (2) “is identical with x”; assumes that whatever “is x” in one sense is not x in the other; and states that $\alpha\upsilon\tau\acute{o}\ \tau\acute{o}\ x$ and only $\alpha\upsilon\tau\acute{o}\ \tau\acute{o}\ x$ “is x” in the second sense. [...] this is to say: “the idea of x is x” means “the idea of x and x are identical and therefore the idea of x does not ‘have the character x.’” Since Plato formulates this distinction in the second part of the *Parmenides*, it is reasonable to suppose that he was aware of it and its bearing upon the regress-arguments when he put these into the mouth of Parmenides in the first part of the dialogue. [...]” (Cherniss, 1957, p. 258-259).

ela contém apenas uma proposição identitária, isso não poderia jamais ser usado como evidência para excluir a autopredicação em geral: bem ao contrário, é forçoso reconhecer que, independentemente desta passagem, a Ideia de Unidade é algo que possui a propriedade de ser una. Em suma, a autoidentidade da Ideia de Unidade não exclui absolutamente a sua autopredicação.

A solução de Cherniss para o Terceiro Homem, como vimos, está baseada na negação total do princípio de autopredicação, o qual seria uma doutrina sem qualquer aval platônico. Tendo-se mostrado falsa esta posição, é preciso buscar outra saída para a aporia.

3.3 Reginald Allen

No influente artigo *Participation and Predication in Plato's Middle Dialogues*²¹, Reginald Allen questionou a própria aplicação do conceito de predicação à exegese dos textos platônicos. A sua teoria é complexa, mas podemos dizer, em extrema síntese, que Allen deseja excluir a predicação, em favor de um mecanismo de designação, “*designation*”; assim, um juízo *prima facie* predicativo conteria, na verdade, apenas a atribuição de um nome a alguma coisa²².

Tal atribuição pode ser de dois tipos, primária ou secundária, quando, respectivamente, o sujeito do juízo é uma Ideia ou uma coisa sensível. Destarte, afirmar que “esta árvore é grande” seria apenas um outro modo de dizer que o nome “grande” convém a esta árvore (designação secundária); mas o nome “grande” convém antes de tudo à Ideia de Grandeza (designação primária), e o juízo “a Ideia de Grandeza é grande” seria a expressão deste tipo de designação²³.

²¹ Allen, R. *Participation and Predication in Plato's Middle Dialogues*. *The Philosophical Review*, vol. 68, n. 2, 1960, p. 147-164.

²² “*Plato has no word for “predication.” Rather he says that particulars are “called by the same name” (ὁμώνυμον) as their Form. But this is surely a loose way of describing the use of common terms; “ὁμώνυμον” is Aristotle's usual term for “ambiguous”; things called by the same name may have nothing in common but their name. But later in the Phaedo this terminology is repeated and made more precise: Each of the Forms exists, and the other things which come to have a share in them are named after them [102b2]. [...] These passages imply that “F” is a name, a name whose prime designate is a Form: “F” names the F. But this name is also applied, through what we may call derivative designation, to particulars, which are named after the Form in much the way that a boy may be named after his father.[...]*” (Allen, 1960, p. 149-150).

²³ “*We have, then, a theory of predication without predicates. What appear to be attributive statements are in fact relational or identifying statements, depending on the designation of their predicates. In derivative designation, to say of something that it is F is to say that it is causally dependent upon the F. Notice that “F” is here not strictly a univocal term, but a common name,*

Como é patente, a autopredicação estaria afastada definitivamente da filosofia de Platão, sendo substituída pela designação primária; os juízos que alguns erradamente consideraram autopredicativos estariam, na verdade, longe de sê-lo.

*If this is true, it follows that Plato's self-predicative language is both intelligible and logically innocuous. Grammatical predicates are names which exhibit a systematic ambiguity according as they designate Forms or particulars; Forms themselves are proper nameables; what appear to be self-predicative statements are identity statements; and what appear to be attributive statements are relational statements*²⁴.

Como se vê, o mecanismo da “*designation*” permite que Allen sustente que a autopredicação se reduziria a juízos de identidade (tal como o fez Cherniss); o juízo “F-dade é F” consistiria na afirmação de que o termo F convém, em primeiro lugar, a F-dade, ou seja, seria apenas uma outra maneira de nomear a mesma coisa.

Baseado nestas premissas, Allen crê estar de posse da solução para o Terceiro Homem, o qual seria um argumento que padeceria de equivocidade entre dois tipos de designação. Como sabemos, duas etapas importantes do argumento são as que afirmam que determinada multiplicidade sensível é F, e, posteriormente, a afirmação de que F-dade é F. De acordo com Allen, tratar-se-ia de dois juízos estruturalmente distintos: em um caso haveria a designação secundária, e em outro a designação primária; esclarecida a ambiguidade, o Terceiro Homem revelar-se-ia inócuo²⁵.

Por brevidade, deixaremos de lado a refutação detalhada da dúbia tese da “*designation*”²⁶, restringindo-nos à suposta solução para o Terceiro Homem. A posição

applied in virtue of a relationship to an individual, the Form. On the other hand, when “F” is used in primary designation, it is a synonym of “the F Itself” and “F-ness”; therefore, to say that F-ness is F is to state an identity. It follows that it is invalid to infer self-predication from Plato's apparently self-predicative language. In the first place, “F-ness is F” is not a predicative statement. Second, we cannot mean by it what we mean when we say that a particular is F. The function “... is F” is systematically ambiguous; its meaning depends upon the context in which it is used, the type of object to which it is applied.” (Allen, 1960, p. 150).

²⁴ Allen, 1960, p. 150. Grifo nosso.

²⁵ “It is easy to show that the regress arguments of the Parmenides are powerless against this position. The first (131c-132b) assumes that the Form and its particulars are called by the same name and that that name is applied univocally; the second (132c-133a) assumes that particulars resemble Forms. Both are fallacious. Let “F₁” be substituted for “F” when “F” is used in primary designation, and “F₂” in derivative designation. Then it is false to say that F-things and the F are called by the same name, equally false to say that they resemble each other either respect of being F₁ or F₂. These arguments, because they neglect the systematic ambiguity of the names of Forms, are, it would seem, the results of mere confusion - may be viewed, indeed, as *reducciones ad absurdum* of that confusion”. (Allen, 1960, p. 163-164).

²⁶ Para a sua adequada refutação, remetemos a: Fronterotta, F. *MEΘEΞΙΣ: La teoria platonica delle Idee e la partecipazione delle cose empiriche - Dai dialoghi giovanili al Parmenide* (Scuola Normale Superiore 2001), p. 202-206.

de Allen, tal como se deu com a de Cherniss, pode ser refutada do seguinte modo: se pudéssemos perguntar a esse estudioso se a Ideia de Unidade é una, e com isso não estamos interessados em descobrir um outro nome para a Ideia de Unidade, mas sim saber se dela se predica o “uno”, cremos que ele não teria saída, senão admitir que a Unidade seja *predicativamente* una. Se ele desejasse se aferrar à posição de que a única leitura válida para “a Unidade é una” seja a designativa, com total exclusão da predicativa, isso implicaria defender que a Ideia de Unidade não é una: negar renitentemente esta predicação redundaria em um total absurdo.

Enfim, a tentativa de Allen de propor uma nova leitura para proposições autopredicativas (“F-dade é F”) não atinge o desiderato de excluir completamente a autopredicação, porque ele não poderia negar que a autopredicação se aplique em determinados casos, tais como “a Unidade é una” ou “a Identidade é idêntica (a si mesma)”, entre outros.

A posição de que a autopredicação seja um genuíno princípio da teoria das Ideias encontrou mais defensores do que opositores, alguns dos quais analisaremos agora.

3.4 Constance Meinwald

O livro de 1991 de Constance Meinwald, *Plato’s Parmenides*²⁷, foi recebido com alegre surpresa pela crítica; suas teses deram novo alento a discussões que pareciam encerradas, ou melhor, exauridas. Ela defende que no *Parmênides* Platão trabalha com duas espécies de predicação, *pros ta alla* e *pros heauto*²⁸, que seriam radicalmente distintas, e que do reconhecimento de semelhante distinção dependeria a solução de muitas dificuldades das duas partes do diálogo. A mesma distinção está também no cerne de seu instigante artigo *Good-bye to the Third Man*²⁹, que nos interessa mais de perto.

Afirmar que “x é *pros ta alla* F” indica aproximadamente o mesmo que a comum compreensão da predicação, isto é, que uma propriedade F convém a um sujeito

²⁷ Meinwald, C. *Plato’s Parmenides*. (Oxford University Press 1991).

²⁸ Optamos aqui por manter a transliteração dos termos gregos, uma vez que a própria autora o faz em seus textos, e, desde então, as expressões ganharam alguma notoriedade em sua forma transliterada.

²⁹ Meinwald, C. *Good-bye to Third Man*. In: KRAUT, Richard. *The Cambridge Companion to Plato* (Cambridge University Press 1993), p. 365-396.

x³⁰. Semelhante tipo de predicação vale tanto para objetos sensíveis quanto para Ideias; por exemplo, “esta árvore é *pros ta alla* grande”, mas também “a Ideia de Grandeza é *pros ta alla* una”.

A predicação *pros heauto* constituiria um tipo especial de predicação que, à diferença da espécie *pros ta alla*, diz respeito somente às Ideias e indica que o predicado F de algum modo integra a natureza da Ideia que consta como sujeito do juízo “x é *pros heauto* F”³¹.

Meinwald procura explicar as predicções *pros heauto* em termos de relação gênero-espécie, de modo que ela passa a chamá-las também de *tree predications*³², cujo valor seria completamente diferente das predicções ordinárias ou predicções *pros ta alla*³³: aqui não está em questão a atribuição de uma propriedade F a um sujeito; uma proposição que contenha uma predicação *pros heauto* somente explicita a interconexão entre duas Ideias.

³⁰ “*Predication in relation to the others is much easier to understand, because this is the category into which Plato would put our own common or garden predications. (Thus I will sometimes call these “ordinary” or “everyday” predications.) For example: “Aristides is just” [...] and in general all sentences which we could describe non technically as concerning the displays of features by individuals count in our present terminology as predications in relation to the others. [...] Nothing can be just without Justice having something to do with it, and so on. Fuller formulations accordingly would run: “Aristides is just in relation to Justice.” [...]*” (Meinwald, 1993, p. 380).

³¹ “*A predication of a subject in relation to itself holds in virtue of a relation internal to the subject's own nature, and can so be employed to reveal the structure of that nature.*” (Meinwald, 1993, p. 378).

³² “*To prepare now for a precise specification of the first of these two kinds of predication, let us consider the sort of genus-species tree familiar from the Linnaean classification system. To illustrate the idea, we might imagine a tree showing the Animals. We can imagine dividing Animal into Vertebrate and Invertebrate, dividing Vertebrate in turn into Mammal and so on, and continuing with such divisions through Feline and Cat, to produce at last such infimae species as Persian Cat. In the Sophist, Statesman, and Philebus Plato devotes a great deal of attention to such trees, discussing explicitly the methodology of constructing them, as well as providing numerous examples. In such a tree, a kind A appears either directly below or far below another kind B if what it is to be an A is to be a B with a certain differentia (or series of differentiae) added. That is, the natures of A's and B's are so related that being a B is part of what it is to be an A. [...] (I will sometimes use the phrase “tree predication” for this type.)*” (Meinwald, 1993, p. 378-379).

³³ “*The force of the tree predication is: Being B is part of what it is to be A. By contrast, the ordinary predication has the force: The Form A displays the feature associated with the word “B.” These need not have the same truth value, and they always have different truth conditions. This will be easy to see if we take some examples. The tree predication “Cathood has vertebrae” is true: Having vertebrae is part of what it is to be a cat. But the ordinary predication that could be made by the same form of words is ludicrous. That is, as an ordinary predication “Cathood has vertebrae” is plainly false; only sensible animals that inhabit the world around us display the feature in question.*” (Meinwald, 1993, p. 383).

It may be helpful at this point to take some examples of true tree predications. We will get sentences like: "The Just is virtuous." "Triangularity is three-sided." [...] "The Just is just." It is clear that such sentences come out true in Plato's work, as well as fitting our characterization of predication of a subject in relation to itself. "The Just is virtuous" holds because of the relationship between the natures associated with its subject and predicate terms: Being virtuous is part of what it is to be just. Or we can describe the predication as holding because Justice is a kind of Virtue. If we assume that to be a triangle is to be a three-sided plane figure (i.e., that Triangle is the species of the genus Plane Figure that has the differentia Three-Sided), then "Triangularity is three-sided" holds too. [...] Finally, "The Just is just" turns out to exemplify the limit case of predication of a subject in relation to itself: It is uninformative but safe. Thus self-predication sentences can be used to make true tree predications, though not all tree predications are of the form: The A is A³⁴.

A passagem resume bem o pensamento de Meinwald, e já introduz seu parecer sobre a autopredicação, que se resume a um caso, se bem que extremo, de predicação *pros heauto*. Sendo assim, a autopredicação está eximida de qualquer valor “verdadeiramente” predicativo ou, no vocabulário de Meinwald, a autopredicação não é nunca um caso de predicação *pros ta alla*. A autopredicação seria “*uninformative but safe*”. Meinwald não nos dá muitas informações sobre o porquê disso, mas acreditamos que ela queira significar que, sendo a autopredicação um caso de predicação *pros heauto* reflexo, ele implicaria (de acordo com sua caracterização da predicação *pros heauto*) unicamente que a natureza do termo sujeito inclui o termo que é predicado, o que redundaria, neste caso, na identidade da natureza da Ideia consigo mesma.

É curioso notar que, por um curso assaz tortuoso, Meinwald parece desembocar na mesma tese de Cherniss e Allen: a autopredicação é, na verdade, apenas um juízo de identidade. E isso é ainda mais curioso, tendo-se em vista que aqueles foram os grandes opositores da autopredicação, ao passo que a Meinwald é uma ferrenha defensora da mesma³⁵.

Convém ratificar que, de acordo com Meinwald, as Ideias podem ser objeto dos dois tipos de predicação³⁶, tanto *pros ta alla* quanto *pros heauto*. Desse modo estaria aberta a possibilidade, ao menos em princípio, de que as autopredicações consistissem em predicações *pros ta alla*. Contudo, Meinwald exclui esta possibilidade: a

³⁴ Meinwald, 1993, p. 379-380. Grifo nosso.

³⁵ “Plato's commitment to what has been called “self-predication” [...] is one of the most evident and characteristic features of his work. This commitment figures in dialogues of all three periods, and is so far from optional as to be at the foundation of Platonism.” (Meinwald, 1993, p. 365).

³⁶ “Sentences whose subject terms name Forms can be used to make predications of either kind. That is, one can employ the form of words: “The A is B” on some occasions to make tree predications, and on different occasions to make ordinary ones.” (Meinwald, 1993, p. 383).

autopredicação, como já adiantamos, seria sempre uma predicação do tipo *pros heauto*³⁷.

A interpretação de Meinwald apresentaria uma dupla vantagem. Em primeiro lugar, livraria a teoria das Ideias de uma pesada hipoteca de primitivismo lógico e ontológico³⁸. Além disso, aí residiria a solução para a dificuldade do regresso infinito. Convém ler a análise do Terceiro Homem apresentada pela autora:

*Let us now consider the application of Plato's innovation to our selected problems. It applies straightforwardly to the Third Man Argument. "Large things must have some one thing in common [the Large]" is in itself not problematic; [...] the production of new Larges depends crucially not just on the claim being made that the Large itself is large, but on that claim's being treated in the same way that "Mont Blanc is large" would be. To begin with, the Large itself and the original group of visible large things are treated as being large in the same way. This induces the notion that we have a new group of large things whose display of a common feature must now be analyzed in the same way the display of the common feature of the original group was. If this is taken to require the introduction of a new Form, a regress is started. [...] But now that we have exercised, we can see immediately that there are two different predications the single form of words "The Large is large" could be used to make. It is important to Plato to maintain the tree predication. But we are now clear that that predication does not claim that the Large itself is large in the same way that the original groups of large things is. It therefore does not force on us a new group of large things whose display of a common feature requires us to crank up our machinery again and produce a new Form. [...] Since he takes them to express the real structure of the world, it will always be important to Plato to maintain the tree predications. But the crucial point is to realize that he has an interpretation of these important sentences on which they make no claims about the Forms' exhibiting features. The Parmenides has emerged as showing conclusively that Plato does not suppose each property to do its job by having the property that it is. Since his support of the selfpredication sentence does not require him to take Man itself as an additional member of the group that displays the feature common to men, and as requiring a new Form to explain the display of this new group, there will be no regress. Plato's metaphysics can say good-bye to the Third Man*³⁹.

³⁷ "Self-predication sentences will always be true when they are used to make tree predications. It was the failure of the immature Socrates to recognize that this reading was the one to go for that led him [...] to misinterpret his own theory." (Meinwald, 1993, p. 385). O Sócrates a que Meinwald se refere é a personagem do Parmênides.

³⁸ "Intuitively, the most bizarre feature of "Platonism" was that it thought of Beauty as the single most beautiful thing, of Largeness as doing its job by outclassing all other objects in size, and so on. That is, "Platonism" was supposed to be a view that believed in entities that managed feats of superinstantiation that ought to be impossible. And it cast these entities in the functional role of properties. Beauty, for example (the single most beautiful thing), was supposed to be somehow the common thing among a group of sensible beautiful individuals. [...] Thus, as an anachronistic reader might put it, "Platonism" makes the ridiculous mistake of thinking that properties do their job by having the very properties they are. The superexemplification theory of Forms seems obviously to be a mistake. Let us see how our investigation of the vital innovation of the Parmenides is connected with all this. Clearly, the superexemplification view results naturally in taking sentences of the form "Bravery is brave" to be doing the same kind of thing, or describing the same kind of state of affairs, as those like "Achilles is brave." That is, the superexemplification view assimilates the crucial selfpredication sentences to everyday true predications in relation to the others." (Meinwald, 1993, p. 383-385).

³⁹ Meinwald, 1993, p. 385-387.

A solução de Meinwald para o *regressus* está fundada na ambiguidade existente entre os dois tipos de predicação; destarte, a passagem do argumento do Terceiro Homem⁴⁰ que afirma que a Ideia de Grandeza e as coisas (sensíveis) são grandes do *mesmo modo* – ὁσαύτως – seria simplesmente falsa.

Embora partindo de premissas completamente diferentes, as soluções de Cherniss, Allen e Meinwald para o Terceiro Homem se assemelham: todos estes recusam que a autopredicação das Ideias redunde em uma predicação ordinária. Ora, fazê-lo significa negar a premissa da autopredicação tal como ela foi proposta por Vlastos, nomeadamente, “F-dade é F”. Como sabemos, faltando a premissa autopredicação, previne-se o regresso infinito das Ideias.

A tese de Meinwald possui muitas virtudes. Em primeiro lugar, a existência de dois tipos de predicação está bem documentada em passagens da chamada segunda parte do *Parmênides*. Ademais, Meinwald não incorre em radicalismos como os de Allen, que, de um só golpe, quer varrer predicação e autopredicação dos diálogos de Platão.

Ela está sujeita, todavia, ao mesmo tipo de objeção que já levantamos contra Cherniss e Allen. A leitura identitária de juízos do tipo “F-dade é F” (o que, na versão de Meinwald, implica o valor *pros heauto* do verbo *ser* neste juízo) é verdadeira, mas insuficiente. É verdade que toda Ideia é idêntica a si mesma; mas não se pode negar que ao menos certas Ideias possuem *pros ta alla* a propriedade a elas associada, ou seja, que F-dade seja *por predicação ordinária* F; esse é o caso da Ideia de Unidade, Repouso, Identidade, Ser, etc. A autora supôs que a solução para o regresso infinito se encontrasse na rejeição completa do valor “verdadeiramente” predicativo da autopredicação: mas este não é modo adequado “*to say good-bye to Third Man*”.

Meinwald possui um ilustre antecessor na defesa de diferentes “tipos de predicação” associados à questão da autopredicação, ao qual voltamos agora a nossa atenção.

3.5 Vlastos e a predicação paulina

No artigo *The Third Man Argument in the Parmenides*, Vlastos conferiu à autopredicação o estatuto de princípio geral da teoria das Ideias, a despeito de várias e graves dificuldades que dele decorreriam. Segundo o autor, quando associada com o

⁴⁰ *Prm.* 132a.

princípio de não-identidade, a autopredicação engendraria uma contradição *stricto sensu*; ademais, a irrestrita autopredicação comprometeria a filosofia platônica com verdadeiros contrassensos. Assim comenta Vlastos as proposições “a Justiça é justa” e “a Piedade é pia”: “[...] *Theodore de Laguna* [...] saw exactly what such a statement implies [...] and what is wrong with the implication: “Justice and holiness are not moral agents; they cannot have virtues or vices”⁴¹.

O problema, na verdade, extrapola a questão da autopredicação: simples predicções como “a Justiça é pia” e “a Piedade é justa” são igualmente paradoxais. Se a piedade é algum tipo de virtude moral, associada ao cumprimento de certas obrigações, como adorar uma divindade, não se vê como a Ideia de Justiça, ou, diga-se de passagem, qualquer outra Ideia, possa cumprir atos pios, uma vez que uma Ideia não pode cumprir ato algum! Analogamente, como já o assinalou Vlastos, não faz sentido dizer que a Piedade seja justa: para satisfazer as condições mínimas de inteligibilidade da aplicação do predicado justo, o sujeito a que se aplica este predicado deve praticar algumas ações, o que as Ideias certamente não podem fazer: “*justice and holiness are not moral agents*”. E estes exemplos não são fruto da fantasia de intérpretes desocupados: trata-se de predicções que estão implicadas em uma célebre passagem do *Protágoras*⁴².

No artigo *The Unity of the Virtues in the Protagoras*, Vlastos afirma que as referidas passagens são passíveis de uma leitura que não implica a atribuição de um simples *nonsense* a Platão. O fulcro da tese consiste na proposição de um novo tipo de “predicação”, a predicação paulina, que é assim nomeada por estar inspirada na Primeira Epístola aos Coríntios, de São Paulo, apóstolo:

A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não

⁴¹ Vlastos, 1954, p. 337, n. 33.

⁴² “[...] Se alguém me perguntasse e a ti: Protágoras e Sócrates, dissei-me se essa coisa a que há pouco vos referistes, a justiça, é justa ou injusta, eu, de minha parte, responderia que é justa. E tu, qual seria teu voto? Igual ao meu ou diferente? - Igual, disse. - A justiça, prossegui, é a mesma coisa que ser justo; é o que eu responderia a quem me interpelasse daquela forma. [...] - Sois, portanto, de opinião que a coisa assim constituída é o mesmo que ser ímpio ou que ser santo? Nessa altura eu receberia mal a pergunta e lhe objetaria: fala com mais senso, amigo! Nada poderia ser santo, se a própria santidade não fosse santa. [...] De minha parte, pelo menos eu lhe diria que a justiça é santa e a santidade justa; [...]” *Prt.* 330c-331b. A tradução utilizada refere-se a seguinte edição: Nunes, Carlos Alberto. *Protágoras-Górgias-Fedão* (Editora Universitária UFPA 2002).

guarda rancor. Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta⁴³.

Neste trecho aparentemente atribuem-se predicados paradoxais à caridade: como poderia a caridade ser prestativa? Teria a caridade a capacidade de crer em qualquer coisa que seja, de esperar ou suportar? Segundo Vlastos, a leitura correta dessas “predicações” acerca da caridade é tal que a referência das proposições seria, na verdade, os sujeitos que possuem a caridade, os homens caridosos. Desse modo, dizer que a caridade é paciente seria apenas um modo indireto, poético, ou metonímico de informar que os homens caridosos são também pacientes⁴⁴.

Este tipo de “predicação” parece adequar-se perfeitamente ao impasse semântico do *Protágoras*: “a Justiça é pia” não implica a afirmação absurda de que uma Ideia platônica possua a virtude da piedade, mas apenas a proposição “todos os sujeitos que são justos são também piedosos”, a qual certamente não implica qualquer impossibilidade lógica⁴⁵. Pusemos aspas no termo “predicação” porque, em nossa opinião, este é um modo de eliminar a predicação compreendida ordinariamente: “a Justiça é piedosa” não consiste em uma verdadeira predicação de “piedosa” do termo sujeito “Justiça”. A predicação que, é verdade, ainda existe, foi transferida para um nível ulterior: a efetiva predicação se dá entre os sujeitos empíricos aos quais a Ideia faz referência; este nível, contudo, não está aparente no juízo original “a Justiça é piedosa”⁴⁶.

Vlastos crê que esta leitura pode ser aplicada também aos constrangedores casos de autopredicação do *Protágoras*.

No one has ever turned a hair over “Justice is pious” – obviously because everyone has been reading it as a Pauline predication. Why then read “Justice is just” differently? [...] many of the sentences which have been taken as instances of self-predication in the past will turn out to

⁴³ Bíblia, N. T. Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios. *Bíblia de Jerusalém* (Editora Paulus 2004), Cap. 13, vers. 4-7.

⁴⁴ “[...] “Justice is wise” is understood to assert that whoever is Just must be wise”, ou, em geral, “provided that the surface-grammar of “B is A” is disregarded and A is understood to apply not to abstract entity named “B” but to each of its instances and to these necessarily.” (Vlastos, 1981, p. 235).

⁴⁵ Muito longe de ser absurda, essa proposição é informativa: ela exprimiria a implicação recíproca de virtudes.

⁴⁶ Além dos casos tratados neste parágrafo, a engenhosa tese de Vlastos parece dar conta de uma gama de predicações, à primeira vista, esdrúxulas, tais como “a Neve é fria” (*Phd.* 103c-d): certamente uma Ideia não pode ser fria, quente ou morna, mas a neve empírica certamente tem de ser fria. Cf. Vlastos, 1981, p. 239, n. 48.

*have been Pauline predications; this group will include all the cases in which the self-predicative reading will yield blatant absurdity*⁴⁷.

Sendo assim, “a Justiça é justa” significaria apenas uma inofensiva tautologia: os homens justos são justos. Não há, logo, verdadeira autopredicação das Ideias, isto é, a atribuição da propriedade F à Ideia F-dade, mas tão simplesmente a identificação de uma classe de indivíduos que possui uma propriedade, e a subsequente afirmação de que esses indivíduos possuem esta propriedade (que justamente é o critério para a sua organização em uma classe).

Embora a proposta de Vlastos tenha se originado em função dos casos específicos de autopredicação do *Protágoras*, a predicação paulina constitui um recurso que pode ser facilmente alargado: “*this group will include all the cases in which the self-predicative reading will yield blatant absurdity*”. A interpretação de Vlastos parece capaz de solucionar os problemas semânticos associados à autopredicação: diante de casos de “*blatant absurdity*”, a predicação paulina seria uma nova e interessante possibilidade à disposição do intérprete.

A leitura paulina das proposições do *Protágoras* foi desafiada, porém, por outras exegeses⁴⁸. Embora admiremos a tese de Vlastos, não desejamos entrar em uma querela infundável, e, portanto, deixaremos de lado a questão de se o *Protágoras* efetivamente está comprometido com predicções paulinas. A nós importa apreciar a predicação paulina como um recurso capaz de solucionar constrangimentos associados a alguns casos de autopredicação e, sobretudo, sua possível influência no argumento do Terceiro Homem.

Afirmar que “a Justiça é pia” por predicação paulina significa que a Justiça não é, por predicação ordinária, pia: reside justamente aí a vantagem da leitura paulina de tais proposições, a saber, afastar os absurdos semânticos a ela associados. Analogamente, “a Justiça é (predicação paulina) justa” implica que ela não é justa em sentido ordinário. Semelhante leitura, se bem que desejável em casos como os ora analisados, não pode, porém, ser aplicada a juízos como “a Unidade é uma”, porque implicaria que a Unidade não é (por predicação ordinária) uma, o que é impossível. Em

⁴⁷ Vlastos, 1981, p. 258.

⁴⁸ Cf. Malcolm, J. *Plato on the Self-Predication of Forms: Early and Middle Dialogues* (Clarendon Press 1991), p. 21-46. Para uma excelente discussão do importantíssimo livro de Malcolm, cf. Zingano, M. Auto-predicação, não-identidade, separação: Platão, Aristóteles e o terceiro homem. *Analytica* (UFRJ), vol. 3, n. 2, 1998, p. 241-259.

suma, a predicação paulina não pode ser considerada uma escapatória definitiva para a autopredicação.

Mas devemos fazer justiça a Vlastos. Ao contrário dos demais autores até agora analisados, ele não procurou eliminar a autopredicação por completo; a tese da predicação paulina serviria unicamente para dar conta de alguns paradoxos associados a uma concepção irrestrita da autopredicação como, para dar outro exemplo, “o Quente é quente”. Vlastos está perfeitamente consciente de que a autopredicação é, em alguns casos, irrenunciável.

If Plato had declared for unrestricted self-predication it could hardly have taken long for someone to try it out on Plurality or Motion and discover the horrendous result. To block that consequence it would have sufficed to declare for restricted self-predication. Thus in the case of Unity, Identity, Rest, self-predication would have been mandatory and innocent. [...] many of the sentences which have been taken as instances of self-predication in the past will turn out to have been Pauline predications; this group will include all the cases in which the self-predicative reading will yield blatant absurdity. But there will be some for which the self-predicative reading will survive – where the sense would be extremely plausible by ancient standards, tolerably so by modern ones. Let me offer an example [...] – the sort of example which can be swiftly sketched because the implications of the contextual data are so clear. [...] we have good contextual reason for saying that when he refers to the Form of Beauty in the Symposium (211c-d) as ὁ ἕστι καλόν, he does mean to predicate “is beautiful” of the Form of Beauty. There the context makes it clear that this what he wants to say, what he has to say, to implement the theory of love he is expounding. If the Form of Beauty, were not itself the eternally, absolutely, universally, and flawless beautiful object for which the Platonic lover longs, the substantive doctrine of Platonic eros would collapse, since it is visibly made to rest on the theses that what is loved is the beautiful and the Beauty itself is more loveable than is any of its instances. To read “Beauty is beautiful” as a Pauline predication would be to turn into a truism of utter in consequence for that redirection of desire, that mutation of sensuality, which Platonic eros prescribes, while the thesis that Beauty itself is the supremely beautiful in existence is meant to epitomize the liberating, energizing, life-transforming wisdom of that doctrine⁴⁹.

Vlastos advoga o princípio da autopredicação em uma forma restrita, “*restricted self-predication*”. Trata-se de uma solução eclética, por assim dizer, com respeito à autopredicação: ao contrário da vasta maioria dos intérpretes, os quais ou rejeitam categoricamente a autopredicação, ou pretendem acolhê-la irrestritamente, Vlastos aceita certos casos de autopredicação, enquanto rejeita outros.

A solução de Vlastos perde assim em elegância exegetica: de fato, afirmar categoricamente que a autopredicação seja um princípio da teoria das Ideias ou, pelo contrário, desnudá-la definitivamente como uma ilusão dos intérpretes parecem ser soluções mais desejáveis, pois atribuem à teoria das Ideias um caráter mais claro e

⁴⁹ Vlastos, 1981, p. 259-263.

sistemático: ou o princípio da autopredicação integra esta teoria, ou está definitivamente excluído dela.

Mas o que Vlastos perde em elegância ele ganha em maleabilidade, qualidade indispensável para lidar com esta complexa questão. A leitura identitária de juízos do tipo “F-dade é F”, advogada por Cherniss e Allen, embora seja capaz de evitar absurdos como “o Movimento se move”, acaba sacrificando também autopredicações que são “*mandatory and innocent*”, tais como “o Repouso está em repouso”. Por outro lado, a utilização restrita da predicação paulina permitiria, em princípio, rejeitar os casos indesejáveis de autopredicação e, inversamente, acolher os desejáveis.

3.6 Francesco Fronterotta

Com seu livro de 2001, *METEΞΙΣ – La Teoria Platonica delle Idee e la Partecipazione delle Cose Empiriche*, Francesco Fronterotta nos oferece uma interpretação da teoria das Ideias ao mesmo tempo abrangente e profunda, mérito assaz raro. Uma porção significativa da obra é dedicada à discussão do *Parmênides*, com maior destaque para o Terceiro Homem, o qual é abordado através do detalhado exame dos princípios da autopredicação e da não-identidade. Seu tratamento da questão é muito rico e complexo, mas dele procuraremos dar conta nos limites impostos por este trabalho.

Em primeiro lugar, Fronterotta argumenta em favor do próprio conceito de predicação na exegese dos textos platônicos, e a integra ao conjunto da interpretação proposta em seu livro: a predicação nada mais seria do que o correspondente lógico da participação, seu correlato ontológico⁵⁰. Ele garante, deste modo, um lugar seguro para a predicação, uma vez que ela estaria associada a um dos elementos mais fundamentais da filosofia platônica, a participação.

Dessa correspondência surge, porém, um grave problema: a autopredicação implicaria, por hipótese, a autoparticipação das Ideias. Porém a autoparticipação não é seguramente atestada por qualquer texto de Platão, e, sobretudo, é uma noção de tal

⁵⁰ “Al ‘*meccanismo*’ ontologico della partecipazione delle cose alle idee corrisponde infatti, sul piano logico, la predicazione, che, nel suo più ampio e generico significato, consiste nell’attribuzione di un qualunque predicato a un qualunque soggetto. [...] Infatti, anche il rapporto di partecipazione fra idee e idee è amesso dalla teoria platonica e non presenta difficoltà di principio. Si tratta, in entrambi i casi, di una predicazione ‘ordinaria’ che stabilisce l’appartenenza di un individuo (empirico) a una classe (la classe degli individui in possesso di uno stesso carattere o qualità)”. Fronterotta, 2001, p. 235-236.

maneira eivada de problemas que sustentá-la seria temerário⁵¹. Afastada essa dificuldade inicial, fica aberto o caminho para a defesa da autopredicação, e assim o faz Fronterotta.

Um dos motivos de sua aguerrida defesa da autopredicação reside em sua adesão à tese do *causal principle* de Henry Teloh⁵², segundo a qual, *grosso modo*, toda causa deve possuir determinada característica para que possa efetivamente “transmiti-la” a seus efeitos: *nemo dat quod non habet*. O *causal principle* consiste, pois, na condição necessária para que algo possa constar como causa em um esquema causal de explicação.

Para Fronterotta, é inequívoco que as Ideias exerçam esse tipo de causalidade; e aceitando o *causal principle*, a autopredicação segue-se trivialmente: a Ideia possuiria, assim, a propriedade que ela causa nas coisas sensíveis, isto é, a Ideia é autopredicável. O *causal principle* eleva a autopredicação a um novo e insuspeitado patamar: dela passa a depender a função causal das Ideias.

*Perché un'idea possa trasmettere alle cose – come un modello alle sue copie – determinati caratteri, costituendo così il predicato delle cose, bisogna che siano soddisfatte almeno due condizioni: l'idea deve (1) lasciarsi partecipare dalle cose e (2) possedere essa stessa, per autopredicazione, le caratteristiche che trasmette alle cose partecipanti e che dunque condivide con le cose partecipanti. [...] le cose empiriche possono essere giuste o sante, solo se l'idea della giustizia e l'idea della santità di cui partecipano sono esse stesse giusta e santa; se così non fosse, infatti, comme potrebbero le cose trarre dalle idee quelle caratteristiche di cui le idee sono invece prive? [...] In tale ottica, quindi, l'autopredicazione discende logicamente dalla funzione attribuita alle idee di cause e modelli del mondo sensibile [...]*⁵³

Fronterotta se mostra, contudo, plenamente consciente da série de problemas decorrentes da autopredicação⁵⁴. Afirmar que a Justiça é justa é, no mínimo, estranho, já que a Ideia de Justiça não é um agente moral; “a Ideia de Multiplicidade é múltipla” implicaria consequências ainda mais devastadoras para a teoria como um todo. E, uma vez que Fronterotta admitiu uma ampla extensão do “mundo das Ideias”⁵⁵, tais

⁵¹ Para uma análise destes problemas, cf. Fronterotta, 2001, p. 236-239. Sabe-se que Vlastos flertou com a noção de autoparticipação. Cf. Vlastos, G. *Self-Predication and Self-Participation in Plato's Later Period*. In Vlastos, G. *Platonic Studies*. Princeton: Princeton University Press, 1981, p. 335-341.

⁵² Cf. Teloh, H. *The Development of Plato's Metaphysics*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1981.

⁵³ Fronterotta, 2001, p. 266.

⁵⁴ Fronterotta, 2001, p. 267.

⁵⁵ Embora reconhecendo a reticência de Platão, o autor argumenta que algumas passagens (*República* 507b e, especialmente, 596a) testemunham em favor da existência de vários tipos de

dificuldades podem ser multiplicadas à exaustão. Estas seriam boas razões para rejeitar a autopredicação; isto, por outro lado, seria impossível, dada a admissão do *causal principle*. Há, portanto, um conflito, que caminha para um clímax: afinal, qual o significado da autopredicação?

A resposta para este impasse é buscada na distinção entre duas modalidades de predicação, uma concreta e outra formal:

Comme le idee sono semplici essenze, realtà esclusivamente formali prive di determinazione sensibili, così pure gli attributi, le caratteristiche o i predicati delle idee non possono che essere puramente formali, privi di concretezza materiale o di qualunque 'veste' sensibile. Le cose empiriche invece, che sono parte della sfera sensibile, possiedono materialmente e concretamente le caratteristiche che acquistano dalla partecipazione alle idee. Di conseguenza, mentre affermare che 'un uomo è giusto e santo' significa che egli agisce o si comporta secondo giustizia e santità, sostenere che 'la giustizia in sé è giusta' e che 'la santità in sé è santa' non implica nessuna valutazione morale del 'comportamento' concreto dell'idea della giustizia e dell'idea della santità, che senza dubbio non agiscono né 'si comportano' in alcun modo, ma significa soltanto che l'idea della giustizia e l'idea della santità sono formalmente giusta e santa ed esprimono perciò l'essenza della giustizia e della santità⁵⁶.

De acordo com esta distinção, o valor do predicado atribuído a uma Ideia em um juízo autopredicativo seria puramente formal. Seja o que for este valor formal, o certo é que ele difere do valor concreto do “mesmo” predicado. Fronterotta espera, assim, resolver as aporias semânticas associadas à autopredicação: como vimos no trecho citado, a predicação formal afastaria o paradoxo normalmente associado à autopredicação das Ideias de Justiça e Piedade, das quais não se exigiria qualquer ação para que se possa considerá-las, respectivamente, justa e pia.

Podemos dizer, portanto, que o contributo que a “predicação formal” traz é negativo: ele impede as aporias semânticas da autopredicação. Embora este êxito não seja irrelevante, ele não é, contudo, suficiente. Por exemplo, no caso da Ideia de Multiplicidade, o recurso da predicação formal facultaria evitar a afirmação de que a Ideia de Multiplicidade seja *concretamente* múltipla, na medida em que ela o é apenas *formalmente*. Contudo, é também indispensável assegurar positivamente que a Ideia de

Ideias. Sendo assim, o pensamento do ateniense seria mais bem interpretado como admitindo uma Ideia para cada realidade empírica que possa ser representada por uma multiplicidade. De acordo com esse critério estão excluídas as Ideias de indivíduos, como Sócrates, uma vez que estes não representam uma multiplicidade; estão excluídas também Ideias de coisas imaginárias, pois não se encontram na realidade empírica, que é justamente aquela que o mundo das Ideias pretende explicar. Tudo o mais, seja o que chamamos de qualidades, seja o que chamamos de relações, e também o que entendemos como substâncias e mesmo objetos artificiais, tudo isso admitiria uma Ideia. Cf. Fronterotta, 2001, p. 123-124.

⁵⁶ Fronterotta, 2001, p. 267-269.

Multiplicidade seja uma, algo que a predicação formal não é capaz de fazer. Analogamente, a Desigualdade, além de não ser *concretamente* desigual (o que seria assegurado pela predicação *formal*), precisa ser *concretamente* autoidêntica. Para resolver semelhante problema, Fronterotta adere a uma tese que vem complicar um pouco mais o quadro geral de sua interpretação. Trata-se da distinção, de origem aristotélica, entre propriedades que conviriam às Ideias *qua* Ideias, e a propriedade que conviria à Ideia F-dade na medida em que se trata de F-dade, nomeadamente, F.

Nei Topici (E, 137b3-13 sgg.), Aristotele definisce diverse tipologie delle caratteristiche e delle qualità che è possibile attribuire alle idee. A ogni idea, infatti, in quanto è per sua natura generica un'idea come le altre, competono certe caratteristiche che essa condivide con tutte le altre idee; ma a ogni idea compete pure in forma esclusiva, in quanto è per sua natura specifica un'idea ben determinata, unica e diversa da tutte le altre, la caratteristica di cui è l'idea. Un'idea 'X in sé', 'Y in sé' o 'Z in sé' sarà dunque in possesso, in quanto idea, di alcuni predicati comuni a tutte le idee, quali unità, l'identità con sé, la diversità dalle altre idee, l'immutabilità e così via, ma sarà anche in possesso della 'x-ità', della 'y-ità' o della 'z-ità', che le appartengono in quanto idea 'X in sé', 'Y in sé' o 'Z in sé' e che la individuano differenziandola dalle altre idee⁵⁷.

Esta tese vem complementar a distinção entre predicação formal e predicação concreta. Assim, a proposição “a Ideia de Multiplicidade é múltipla” não implicaria, de modo algum, que a Multiplicidade seja *concretamente* múltipla, uma vez que ela o é somente *formalmente*; mas a Multiplicidade seria uma em razão de sua natureza geral de Ideia: toda Ideia, seja ela qual for, é uma⁵⁸. Desse modo, Fronterotta está apto a afirmar que a autopredicação é um princípio capital da teoria das Ideias.

Resta, porém, um problema. Ainda que a autopredicação das Ideias deva ser compreendida como a atribuição puramente formal de uma propriedade F a uma Ideia F-dade, impende salientar que ainda se trata de uma predicação. E, segundo o autor, uma predicação na filosofia de Platão normalmente se explica com recurso à participação, sua contraparte ontológica; mas esta opção, como já mencionamos, está vedada no caso da autopredicação. A questão talvez fique mais clara nos seguintes termos: o fato de um indivíduo sensível possuir uma propriedade F se explica pela participação deste indivíduo na Ideia F-dade; mas o fato de que a Ideia F-dade também

⁵⁷ Fronterotta, 2001, p. 252.

⁵⁸ “Analogamente, l'idea della molteplicità e della dissomiglianza non sono certo, per autopredicazione, concretamente molteplice e dissimile, ma solo formalmente: esse esprimono l'essenza della molteplicità e della dissomiglianza, pur restando, come tutte le altre idee, uniche e auto-identiche.” Fronterotta, 2001, p. 268.

possui (formalmente) F não pode ser explicado do mesmo modo, isto é, por participação em F-dade, ou seja, por autoparticipação.

Para resolver este impasse, Fronterotta defende que o fato de F-dade possuir F se explicaria por uma espécie de automanifestação de F-dade.

Come spiegare allora l'autopredicazione di un'idea? La teoria delle idee, è stato più volte ribadito, prevede che, se una cosa empirica 'a' possiede un determinato carattere 'x', lo possiede in virtù della partecipazione a un'idea 'X in sé' – che è l'ente universale e inteligibile la cui essenza consiste propriamente nella 'x-ità' e al quale, per questa ragione, attribuiamo la denominazione 'X in sé' – è 'x' e manifesta 'x-ità', no in virtù di un'ulteriore partecipazione a sé stessa o ad altro, ma solo in virtù della propria natura, perché è precisamente ciò che è essenzialmente 'x' e possiede originariamente la 'x-ità'. [...] le cose empiriche traggono infatti le loro caratteristiche, in forma parziale e transitoria, dalle idee – le idee che sono quelle caratteristiche e che, quindi, le possiedono essenzialmente e originariamente⁵⁹.

No trecho que se segue, Fronterotta é ainda mais explícito com respeito à vinculação da autopredicação à “automanifestação” da natureza das Ideias:

[...] l'idea 'X in sé', essendo la 'x-ità', possiede il carattere 'x' perché nel possesso del carattere 'x' consiste la sua natura essenziale di idea 'X in sé' (cioè la 'x-ità'). In primo luogo, dunque, e per necessità, l'autopredicazione deriva dalla semplice definizione delle realtà ideali⁶⁰.

Admitido isso, o autor eleva a autopredicação a princípio genuíno da teoria das Ideias: a própria essência das Ideias, o fato de uma Ideia ser o que ela é, consiste na autopredicação. Voltemo-nos agora para a interpretação do Terceiro Homem proposta por Fronterotta.

Sabe-se que Vlastos, em seu célebre artigo sobre o Terceiro Homem⁶¹, defendeu que o argumento implica não apenas o regresso infinito, mas também uma gravíssima contradição, que ficaria patente tão logo sejam explicitadas as duas premissas implícitas no argumento, nomeadamente, a não-identidade e a autopredicação. Fronterotta, porém, não se dedica a esta (suposta) contradição. Sua interpretação do Terceiro Homem não visa nem mesmo solucionar a dificuldade do regresso infinito.

O Terceiro Homem é, na opinião de Fronterotta, o símbolo máximo de um verdadeiro dilema, o dilema da participação. A cisão ontológica entre Ideias e coisas sensíveis, se levada ao extremo, impede a participação e solapa a possibilidade de qualquer conhecimento seguro. Contudo, se a separação não for radical, o inteligível

⁵⁹ Fronterotta, 2001, p. 239.

⁶⁰ Fronterotta, 2001, p. 265.

⁶¹ Vlastos, 1954.

acabaria sendo envolvido no devir do mundo sensível ao se deixar participar. Este é o dilema da participação, o qual, segundo o autor, não encontraria solução completa na filosofia de Platão⁶². Ora, se o Terceiro Homem é a autêntica expressão deste insolúvel dilema, é óbvio que o Terceiro Homem também não poderia ser verdadeiramente “resolvido”.

Convém agora apreciarmos a interpretação de Fronterotta.

Parece-nos que o fulcro do problema está na sua adesão ao *causal principle*. Leiamos a formulação de Henry Teloh: “*The Causal Principle states that a cause must itself possess the quality it produces in its effects*”⁶³. Ora, do fato de que a causa possui a qualidade que produz em seus efeitos segue-se trivialmente que, no plano lógico, seja possível predicar o mesmo predicado da causa e dos efeitos. Concretamente, se a Ideia de Grandeza é causa do Everest ser grande, isso se explica, segundo o *causal principle*, por que o “grande” se predica também da Grandeza.

Mas o *causal principle* requer alguns “remendos”; não seria razoável aceitar sem mais a autopredicação de Ideias como a Grandeza. Para confrontar este desafio, Fronterotta busca amparo em um novo tipo de predicação, a predicação formal (definida em contraposição à predicação concreta): em juízos deste tipo, o valor semântico do predicado definitivamente não seria o mesmo a que se está acostumado nas predicações concretas. Assim, a predicação formal do “justo” da Ideia de Justiça não implicaria atribuir a ela qualquer ação moral.

Mas não basta, infelizmente, aventar um novo tipo de predicação se não for possível exprimir positivamente o seu significado. Fronterotta faz, a respeito de sua distinção, esta frustrante consideração:

Si protrebbe certo chiedere in cosa consista, per l'idea della molteplicità, l'essere formalmente (e non concretamente) molteplice o, per l'idea della giustizia, l'essere formalmente (e non concretamente) giusta. Questo interrogativo, però, no riguarda solo le caratteristiche che le idee possiedono per autopredicazione o per la predicazione di altre idee, ma l'intera sfera dei generi e ciascun genere come tale: cosa sono infatti, concretamente, il giusto in sé o il molteplice in sé? E como dimostrare in termini concreti l'esistenza di una forma del giusto o di una forma del molteplice? Si tratta di domande, perfettamente legittime, che pongono

⁶² A conclusão do livro é que o platonismo caracteriza-se pela necessidade de mediação entre duas dimensões descontínuas, mediação que, porém, não encontra solução “filosófica”, mas apenas extrarracional. Este seria o papel do ἕρως no *Banquete*, e dos mitos em geral. O próprio Demiurgo, verdadeiro *deus ex machina*, seria o tipo de mediação que só pode figurar em um mito. Cf. Fronterotta, 2001, p. 315-330; 381-395.

⁶³ Teloh, 1981, p. 4.

*radicalmente in discussione la dottrina platonica delle idee nel suo fondamento teorico e filosofico ed escono pertanto dell'ambito di questa indagine*⁶⁴.

Somos de opinião que o autor não consegue explicar o sentido do conceito de predicação formal, do qual, entretanto, depende fortemente sua solução para os problemas semânticos da autopredicação. Se, por um lado, todos compreendem (pelo menos minimamente) o que significa dizer que “este homem é justo”, ou que “este amontoado é múltiplo”, por outro lado, “a Justiça é formalmente justa, mas não concretamente” e “a Multiplicidade é formalmente múltipla, mas jamais o é concretamente” são proposições cujo sentido desvanece ao menor escrutínio.

Em resumo, ao aderir ao *causal principle*, Fronterotta se compromete fortemente com a autopredicação; é, porém, indispensável flexibilizar de algum modo este princípio, com vistas a evitar uma série de paradoxos. E o autor o faz através de uma distinção entre dois modos de predicação cujo significado ele se mostra incapaz de explicar.

Mas este não é sequer o único problema. Segundo a referida distinção, a Ideia de Multiplicidade só é múltipla formalmente; mas isso não implica que ela seja una, algo que ainda assim requer uma explicação. Em outros termos, a teoria de Fronterotta tem de apresentar alguma justificativa para a posse, por parte das Ideias, de alguns predicados que lhe são indispensáveis, tais como a autoidentidade, a unidade, a inalterabilidade, etc.

Nesta altura Fronterotta apela para uma tese igualmente problemática, segundo a qual estas propriedades caberiam às Ideias apenas pelo fato de elas serem, em geral, Ideias; assim, o fato de a Ideia de Multiplicidade ser una decorreria unicamente do fato de ela ser uma Ideia. Por outro lado, a autopredicação decorreria da natureza específica de cada Ideia: a Ideia de Multiplicidade seria (formalmente) múltipla em razão de sua própria natureza. Desse modo, Fronterotta acaba introduzindo uma complicação adicional em um quadro já demasiadamente complicado.

Semelhante tese apresentaria um novo modo de explicar a posse de certas propriedades. O próprio Fronterotta admite que a explicação normal, de acordo com a filosofia de Platão, para o fato de um predicado convir a um sujeito se dá mediante a teoria da participação: se esta árvore é grande e una, ela o é em razão de sua participação nas Ideias de Grandeza e Unidade; mas o fato, aparentemente análogo, de

⁶⁴ Fronterotta, 2001, p. 268-269, n. 58.

que a Ideia de Grandeza seja uma explicar-se-ia de modo completamente diverso. De acordo com esta tese, a unidade, a identidade (consigo mesma), a alteridade (com relação às outras Ideias), em suma, os predicados mais fundamentais das Ideias receberiam uma explicação *ab extra*; é como se tais predicados conviessem às Ideias apenas porque o propositor da teoria julgou necessário dotá-las dessas propriedades.

Tal concepção é, contudo, falsa. É possível mostrar que a posse desses predicados essenciais se deve à *κοινωνία τῶν γενῶν* e não à sua mera definição como Ideias. Segue-se uma brevíssima análise da *κοινωνία*, embora um estudo mais aprofundado do *Sofista* pudesse enriquecer esta refutação.

- Ora, os mais importantes desses gêneros são precisamente aqueles que acabamos de examinar, o próprio ser, o repouso e o movimento.
- Entre muitos, os maiores. [...]
- Deveremos, pois, às três formas precedentes, adicionar “o mesmo” como quarta forma?
- Perfeitamente.
- [...] Ora, já vimos perfeitamente que tudo que é outro só o é por causa de sua relação necessária a outra coisa.
- Certamente.
- É necessário, pois, considerar a natureza do “outro” como uma quinta forma, entre as que já estabelecemos. [...] Diremos, também, que ela se estende através de todas as demais. *Cada uma delas, com efeito, é outra além do resto, não em virtude de sua própria natureza, mas pelo fato de que ela participa da forma do “outro”*.
- Certamente.
- Eis, pois, o que nos é absolutamente necessário dizer a respeito dessas cinco formas tomadas uma a uma.
- O quê?
- Em primeiro lugar, o movimento: ele é absolutamente outro que não o repouso. Não é o que dizemos?
- É.
- Logo, ele não é repouso.
- De maneira alguma.
- Entretanto, ele “é” pelo fato de participar do ser.
- É.
- E mais: o movimento é outro que não o “mesmo”.
- Certamente não.
- Entretanto, vimos que ele é o mesmo, pois como conviemos tudo participava do mesmo.
- Certamente.
- Então o movimento é o mesmo, e não o mesmo: é necessário convir nesse ponto sem nos afligirmos, pois, quando dizemos o mesmo e não o mesmo, não nos referimos às mesmas relações. *Quando afirmamos que ele é o mesmo é porque, em si mesmo, ele participa do mesmo, e quando dizemos que ele não é o mesmo, é em consequência de sua comunidade com o “outro”, comunidade esta que o separa do “mesmo” e o torna não-mesmo, e sim outro; de sorte, neste caso, temos o direito de chamá-lo “não o mesmo”*.
- Perfeitamente.
- Se, pois, de alguma maneira, o próprio movimento participa do repouso, haveria algo de estranho em chamá-lo de estacionário?
- Seria, ao contrário, perfeitamente correto, se devemos convir que, entre os gêneros, uns se prestam, à associação mútua, outros não.

- Ora, essa é justamente a demonstração à qual havíamos de chegar antes de atingirmos esta, e havíamos provado que é precisamente essa a sua natureza⁶⁵.

Como claramente se depreende deste trecho, aliás, um dos mais relevantes do *corpus platonicum* no que concerne à teoria das Ideias, a possibilidade de predicar o “mesmo”, o “outro”, o “ser”, o “movimento” e o “repouso” dependem de algum tipo de relação intra-Ideias (seja esta relação denominada como “participação”, “mistura” ou “comunidade”).

Sendo assim está refutada que a tese de Fronterotta segundo a qual, por exemplo, a autoidentidade das Ideias lhes convém em virtude de sua natureza geral de Ideia; pelo contrário, a identidade de uma Ideia consigo mesma, ou se se preferir, a “mesmidade” de cada Ideia, depende de sua relação com a Ideia de Mesmo, um dos μέγιστα γένη. Outrossim, o fato de se “predicar” o próprio “ser” de todas as Ideias, pois todas elas são, também se explica pela κοινωμία τῶν γενῶν, e, cremos, o mesmo vale para todas as características fundamentais das Ideias⁶⁶. Isto é, o modo correto de justificar a posse de algumas propriedades fundamentais das Ideias deve fazer referência a algum mecanismo de relação intra-Ideias e não à mera definição das Ideias como entes inteligíveis.

Em suma, Fronterotta fez uso de dois recursos na tentativa de tornar plausível a ampla e generalizada autopredicação decorrente do *causal principle*; por um lado, ele supôs a existência de dois modos de predicação, o modo formal e o concreto de predicação; por outro lado, ele operou uma divisão entre as propriedades atribuíveis às Ideias *qua* Ideias em geral e as que lhes cabem em consequência de sua natureza específica. Como vimos, ambas as doutrinas, além de nada econômicas do ponto de vista hermenêutico, mostraram-se, para dizer o mínimo, inadequadas.

Aquilo que na interpretação de Fronterotta nos causa, todavia, maior perplexidade é o seu tratamento do Terceiro Homem. Ao introduzir a distinção entre dois tipos predicação o autor, na prática, flexibiliza o princípio de autopredicação, uma vez que às Ideias caberia uma “autopredicação” que é puramente formal; o que quer que isso signifique, certamente não significa a ordinária predicação da propriedade F da

⁶⁵ *Soph.*, 254d-256c. Grifo nosso. A tradução utilizada refere-se a esta edição: Costa, João Cruz; Paleikat, J. *Diálogos II: Fédon-Sofista-Político* (Ediouro [19--]).

⁶⁶ É verdade que a Ideia de Unidade não é arrolada, no Sofista, entre os μέγιστα γένη; mas isso absolutamente não impede uma explicação análoga: todas as Ideias são unas por sua intrínseca relação com a Ideia de Unidade.

Ideia F-dade, isto é, não se trata mais de “F-dade é F”, o princípio vlastosiano da autopredicação.

Mas a interpretação de Fronterotta enfraquece igualmente o princípio de não-identidade, que, como já por diversas vezes mencionamos, determina que a posse de uma propriedade F não poderia ser explicada por referência ao próprio sujeito que é dito possuir F. Bem ao contrário, o estudioso italiano defende que a posse (formal) de F por parte de F-dade se explica por referência à própria natureza de F-dade, ou seja, por autorreferência⁶⁷.

Vimos acima que para se alcançar o objetivo de frear o regresso infinito bastaria a flexibilização de um dos dois princípios: ou da autopredicação ou da não-identidade. Da argumentação de Fronterotta aduz-se a flexibilização de ambos os princípios; ele estaria, então, mais do que preparado para apresentar uma solução para o Terceiro Homem.

A duplicidade de tipos de predicação tornaria falso um dos passos do argumento, nomeadamente, aquele que afirma que F-dade e as demais coisas sensíveis (a, b, c) são F: o autor poderia argumentar que o modo como o predicado é atribuído aos exemplares sensíveis e a F-dade é radicalmente diferente; em um caso tratar-se-ia de uma predicação formal, e em outro, concreta.

E se, segundo o que defende Fronterotta, F-dade possui a propriedade F em virtude de sua própria natureza, F-dade obviamente não depende de outras Ideias para isso; ora, tal tese vai de encontro ao princípio de não-identidade, que justamente impõe que a posse do predicado F por parte de F-dade (autopredicação) requisitaria uma nova Ideia, F-dade₁, e assim sucessivamente.

Fronterotta, surpreendentemente, não vê qualquer saída para o Terceiro Homem. Esta estranha conclusão só poderá, talvez, ser compreendida à luz da tese mais geral de seu livro, a saber, que a participação, fulcro da teoria das Ideias, é uma doutrina eivada de problemas cujas soluções não podem ser encontradas no *corpus platonicum*. O autor eleva ainda o Terceiro Homem à condição de símbolo do “*dilemma della*

⁶⁷ “*La teoria delle idee, è stato più volte ribadito, prevede che, se una cosa empirica ‘a’ possiede un determinato carattere ‘x’, lo possiede in virtù della partecipazione a un’idea ‘X in sé’ – che è l’ente universale e intelligibile la cui essenza consiste propriamente nella ‘x-ità’ e al quale, per questa ragione, attribuiamo la denominazione ‘X in sé’ – è ‘x’ e manifesta ‘x-ità’, no in virtù di un’ulteriore partecipazione a sé stessa o ad altro, ma solo in virtù della propria natura, perché è precisamente ciò che è essenzialmente ‘x’ e possiede originariamente la ‘x-ità’*”. (Fronterotta, 2001, p. 239).

partecipazione”, o qual por ser insolúvel emprestaria seu caráter decididamente aporético ao célebre argumento.

Fronterotta chega a ter o problema nas mãos, mas o deixa escapar:

[...] *W. Leszl, Il De Ideis di Aristotele cit., 252-257, ha osservato che, a ben vedere, l'assunto di non-identità andrebbe in effetti corretto come segue: non 'tutti gli enti che possiedono un certo carattere sono diversi dall'idea in virtù della quale lo possiedono', ma 'tutti gli enti empirici che possiedono un certo carattere sono diversi dall'idea in virtù della quale lo possiedono', visto che la non identità (ontologica e logica) si pone fra cose e idee, ma non fra idee e idee. Questa precisazione, che toglie l'immediata contraddizione fra l'assunto di non-identità e l'assunto di auto-predicazione delle idee⁶⁸, non esclude d'altra parte la paradossale conseguenza del regresso infinito [...]*⁶⁹

Ao contrário do que supõe Fronterotta, a “correção” do princípio de não-identidade, proposto por Walter Leszl e mencionado no trecho acima, verdadeiramente impediria o regresso infinito: se unicamente os indivíduos *empíricos* precisam explicar a posse de uma propriedade F por referência a F-dade, fica aberta a possibilidade de que a Ideia em virtude da qual F-dade possui F (autopredicação) seja a própria F-dade. É, portanto, decididamente falso que tal modificação “*non esclude [...] la paradossale conseguenza del regresso infinito*”.

Embora a postura de Fronterotta relativamente ao Terceiro Homem nos cause perplexidade, sua interpretação também possui aspectos positivos. Em primeiro lugar, seu levantamento e análise da bibliografia sobre o assunto são ricos e detalhados. Seu maior mérito, em nossa opinião, foi defender que a autopredicação das Ideias se explica por autorreferência, o que significa que sua leitura flexibiliza o princípio de não-identidade, medida que parece ser indispensável para qualquer tentativa de resolver a aporia do Terceiro Homem⁷⁰.

Guilherme da Costa Assunção Cecílio
PhD UFRJ

⁶⁸ Como vimos acima, não há verdadeira contradição entre os referidos princípios: este é um erro que o próprio Vlastos tratou de retificar.

⁶⁹ Fronterotta, 2001, p. 271-272, n. 2.

⁷⁰ Para uma proposta de solução do aporia do Terceiro Homem no *Parmênides* platônico ver o nosso artigo “O Terceiro Homem no ‘Parmênides’ de Platão: a Estrutura do Argumento e uma Proposta de Solução”, a ser publicado em breve na revista *Kriterion – Revista de Filosofia* (UFMG).

Referências Bibliográficas

- Allen, R. Participation and Predication in Plato's Middle Dialogues. *The Philosophical Review*, vol. 68, 1960, p. 147-164.
- Cherniss, H. The Relation of the *Timaeus* to Plato's Later Dialogues. *The American Journal of Philology*, vol. 78, 1957, p. 225-266.
- Cohen, M. The Logic of the Third Man. *The Philosophical Review*, vol. 80, 1971, p. 448-475.
- Cornford, F. M. *Plato and the Parmenides*. Parmenides' Way of Truth and Plato's Parmenides translated with an introduction and a running commentary (Routledge & Kegan Paul 1939).
- Fronterotta, F. *MEΘΕΞΙΣ: La teoria platonica delle Idee e la partecipazione delle cose empiriche - Dai dialoghi giovanili al Parmenide* (Scuola Normale Superiore 2001).
- Guthrie, W. K. C. *A History of Greek Philosophy: Later Plato and the Academy* (Cambridge University Press 1978).
- Malcolm, J. *Plato on the Self-Predication of Forms: Early and Middle Dialogues* (Clarendon Press 1991).
- Meinwald, C. *Plato's Parmenides*. (Oxford University Press 1991).
- Meinwald, C. Good-bye to Third Man. In: KRAUT, Richard. *The Cambridge Companion to Plato* (Cambridge University Press 1993), p. 365-396.
- Moravcsik, J. Recollecting the Theory of Forms. In: WERKMEISTER, W. H. *Facets of Plato's Philosophy* (Van Gorcum 1976), p. 1-20.
- Owen, G.E.L. The Place of *Timaeus* in Plato's Dialogues. *Classical Quarterly*, vol. 3, 1953, p. 79-95.
- Peterson, S. A Reasonable Self-Predication Premise for the Third Man Argument. *The Philosophical Review*, vol. 82, 1973, p. 451-470.
- Sayre, K. *Plato's Late Ontology: a Riddle Resolved* (Parmenides Publishing 2005).
- Silverman, A. *The Dialectic of Essence: a Study of Plato's Metaphysics* (Princeton University Press 2002).
- Strang, C. Plato and the Third Man. *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. sup. 37, 1963, p. 147-164.
- Teloh, H. *The Development of Plato's Metaphysics* (The Pennsylvania State University Press 1981).
- Vlastos, G. The Third Man Argument in the *Parmenides*, *The Philosophical Review*, vol. 63, 1954, p. 319-349.
- Vlastos, G. Plato's 'Third Man' Argument (*Parm.* 132A1-B2): Text and Logic. *The Philosophical Quarterly*, XIX 77, 1969, p. 289-301.
- Vlastos, G. *Platonic Studies* (Princeton University Press 1981). (1a. ed.: 1973).
- Vlastos, G. A Note on "Pauline Predications" in Plato. In: Vlastos, G. *Platonic Studies* (Princeton University Press 1981), p. 404-409.
- Vlastos, G. Self-Predication and Self-Participation in Plato's Later Period. In: Vlastos, G. *Platonic Studies* (Princeton University Press 1981), p. 335-341.
- Vlastos, G. The Unity of the Virtues in the *Protagoras*. In Vlastos, G. *Platonic Studies* (Princeton University Press 1981), p. 221-265.
- Zingano, M. Auto-predicação, não-identidade, separação: Platão, Aristóteles e o terceiro homem. *Analytica* (UFRJ), vol. 3 1998, p. 241-259.